

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

2 FEVEREIRO 2020



ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2020

A confirmarem-se nas votações dos próximos dias, as anunciadas alterações à proposta original de Orçamento do Estado para 2020 vão num sentido positivo. No entanto, elas não bastam para que este Orçamento deixe de ser muito insuficiente e uma interrupção do caminho iniciado na anterior legislatura na recuperação de rendimentos e direitos.

O Partido Socialista tem afirmado que este Orçamento é melhor do que os seus quatro orçamentos anteriores. Para isso, elenca as conquistas da anterior legislatura que este orçamento reflete e sobre as quais não recua. De facto, o Bloco de Esquerda já reconheceu que o OE 2020 cumpre as normas aprovadas na anterior legislatura (manuais escolares gratuitos, a reposição do princípio de descongelamento das pensões, novos tarifários dos transportes públicos). Mas o Orçamento não deve limitar-se a responder pelo passado, cabendo-lhe abrir caminhos para o futuro. Assim, manter estagnada a generalidade dos salários e pensões é falhar à expectativa de mais justiça na economia. As pensões, congeladas há nove anos, têm de ser atualizadas para que o poder de compra seja reposto. Nem o aumento extraordinário aproximou as pensões mais baixas do Salário Mínimo Nacional, nem um aumento ao valor da inflação resolve o problema. Trocar o investimento na habitação ou na resposta à emergência climática pelo excedente orçamental compromete o futuro e empobrece o país.

Afirma o governo, no relatório do Orçamento do Estado, o seu compromisso de cumprimento estrito do Tratado Orçamental. Ou seja, abandonando qualquer projeto de reestruturação da dívida e longe das “leituras inteligentes” que defendeu no passado, o PS propõe-se “cumprir a regra europeia da dívida pública, i.e., uma diminuição anual de pelo menos um vigésimo” através de uma “melhoria do saldo estrutural em 2020 [que] assenta num aumento da receita estrutural de 0,4 p.p., que mais do que compensa o aumento da despesa estrutural”. O Governo ignora as conclusões que o próprio PS subscreveu com o Bloco de Esquerda em 2017 no relatório sobre a sustentabilidade da dívida: “as exigências continuadas de

salos primários excessivos colocadas à economia e às finanças públicas são social e politicamente insustentáveis. De facto, tal exigiria ou um aumento de impostos significativo ou uma deterioração da qualidade dos serviços públicos e das prestações sociais. Importa deixar claro que a nossa conceção de sustentabilidade não é apenas financeira, mas também económica, social e política.”

Ao priorizar o excedente face ao investimento, ignora também a crítica que, mesmo os setores mais conservadores, fazem hoje ao Pacto de Estabilidade e Crescimento. Há um ano, o Parlamento Europeu chumbava a integração do Tratado Orçamental na legislação europeia e já este ano, Mário Draghi apelidava de “armadilha” uma política orçamental de estagnação justificada pelo receio de uma nova crise. O ex-presidente do BCE afirmava mesmo que esta só pode ser evitada com “uma política orçamental mais forte” - agora, quando os juros estão negativos.

No debate do OE2020, o Bloco de Esquerda não abdica dos seus compromissos na área do investimento e da recuperação de salários e pensões. As suas propostas de especialidade centram-se na resposta às crises urgentes (habitação, transportes), nos direitos do trabalho (trabalho por turnos, acesso à reforma, fim do fator de sustentabilidade, valorização das carreiras especiais, tais como professores, enfermeiros, TSMT e forças de segurança), no combate à pobreza e à exclusão (CSI, subsídio de desemprego, estatuto dos cuidadores informais, vida independente), no reforço dos serviços públicos (incluindo a recuperação das carreiras especiais da função pública, nomeadamente de professores, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, forças de segurança), no combate à corrupção e à sangria de recursos para o sistema financeiro. Elegemos ainda como prioridades o cumprimento da nova Lei de Bases da Saúde e a descida do IVA da energia, medida de justiça social e económica e capaz de aumentar o rendimento disponível de todas as famílias, aliviando a situação particularmente crítica dos idosos reformados e pensionistas.

Na negociação prévia à votação na generalidade e

tal como decidido pela Mesa Nacional do Bloco de Esquerda, a Comissão Política prosseguiu um processo negociado para garantir avanços em matérias orçamentais fundamentais. Nesse processo, garantimos avanços muito significativos na defesa do Serviço Nacional de Saúde e na concretização da Lei de Bases da Saúde (combate à suborçamentação, investimento na internalização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, programa nacional de saúde mental, direcionar laboratório militar para produção de medicamentos, dedicação plena de cargos médicos dirigentes, fim das taxas moderadoras nos cuidados primários, entre outras medidas), garantimos o aumento do universo dos beneficiários do Complemento Solidário para Idoso, bem como o aumento do valor da prestação, afirmamos a continuidade do processo de aumento extraordinário das pensões mais baixas, ainda que muito insuficiente, e do processo de descida das propinas (medida conjugada com reforço da ação social escolar). Com base nestas garantias, o Bloco de Esquerda absteve-se na generalidade. A manutenção deste voto, que viabiliza o orçamento, depende da sua concretização em sede de votação na especialidade, bem como da concretização de outros avanços entretanto negociados nas áreas da educação, deficiência e ensino superior.

MUDANÇA DE CICLO POLÍTICO

No ciclo político anterior, a relação de forças parlamentar permitiu reverter medidas de austeridade e alcançar progressos pontuais em políticas redistributivas e de justiça social. A aprovação de legislação negociada à esquerda deu impulso a lutas setoriais e mobilizações que alcançaram vitórias concretas. Foi o caso do movimento ambiental contra a exploração de combustíveis fósseis, da auto-organização de trabalhadores precários e precárias que lutaram pela sua integração através do PREVPAP, ou de programas de regularização como o das ajudantes familiares, da mobilização dos pedreiros pelo reconhecimento do desgaste da sua profissão da luta dos trabalhadores da MEO contra a lei da “transmissão de estabelecimento”, do surgimento de um movimento inédito de cuidadores e cuidadoras que obrigou o Estado a reconhecer a sua existência através de um Estatuto, entre tantas outras.

Contudo, o padrão extrativista no modelo produtivo, o padrão de precariedade no campo laboral, a lógica patriarcal que perpetua a violência sobre as

mulheres ou o racismo estrutural que se manifesta na discriminação quotidiana, para dar apenas alguns exemplos, permanecem em grande medida inalterados. A isso somam-se novas ameaças ambientais, a crise da habitação, a manutenção de um paradigma de baixos salários e de exploração laboral e níveis inaceitáveis de pobreza e de desigualdade.

No novo ciclo político que vivemos, é essencial o papel do conflito social. Uma nova relação de forças não assentará apenas na aritmética parlamentar mas sim na capacidade de articulação entre lutas sociais e mobilizações cidadãs.

O Bloco de Esquerda quer participar e aprender com a experiência do movimento social, ser parte impulsionadora dos combates contra a exploração, a desigualdade e a injustiça, contribuindo para dar corpo a uma alternativa forte a um governo conformado como aquele que o Partido Socialista hoje propõe.

UM FÓRUM DE LUTAS

Por isso, o Bloco de Esquerda realizará em maio um Fórum de Lutas, para o qual convida militantes e ativistas sociais que se empenham nas múltiplas frentes de luta. Aberto a aderentes e não-aderentes do Bloco, com debates setoriais e em plenário, este Fórum será um espaço de troca de experiências e de tradução entre as lutas, um lugar de aprendizagem, de encontro e de articulação entre as militâncias sindicais e contra a precariedade, feministas e LGBTQ+, pela justiça ambiental e contra a crise climática, contra o racismo, pela democracia e pelo direito a ter direitos, na saúde, na cultura, na educação e na habitação.

A Mesa Nacional mandata a Comissão Política para concretizar um processo que, entre fevereiro e maio, possa culminar neste encontro nacional dos ativistas políticos, sociais e culturais.